

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2017 e Relatório
dos Auditores Independentes

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Senhores
Acionistas e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Natal/RN

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - CODERN**, identificadas como Controladora e Consolidado que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo a seguir intitulado “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas

Em 31 de dezembro de 2017 a CODERN possui valor líquido registrado no seu ativo imobilizado de R\$ 417.630 mil (R\$ 529.977 mil em 2016), representando aproximadamente 90% do seu ativo total. A empresa não possui controle patrimonial que possa respaldar os saldos apresentados, bem como não foi realizado o inventário físico dos bens. Os efeitos que a falta de controle possa ocasionar nos saldos apresentados no ativo imobilizado e em seu resultado não foram determinados.

Em 31 de dezembro de 2017 a CODERN possui registrado no balanço patrimonial um estoque no valor de R\$ 7.146 (R\$ 9.641 em 2016). Apesar da empresa ter realizado o inventário físico, a Comissão de Inventário apurou as quantidades de itens do estoque, mas não apontou os valores finais que deveriam ser ajustados. Adicionalmente, a introdução do novo sistema informatizado de estoques durante o exercício 2015 resultou em diversos erros no saldo de almoxarifado. Na data das demonstrações contábeis 2017 a administração ainda estava no processo de sanar as deficiências do sistema e de corrigir os erros. Em decorrência desses assuntos, não foi possível determinar os ajustes em relação aos estoques registrados ou não registrados, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

De acordo com a nota explicativa nº 12, a CODERN apresenta saldo de R\$ 10.401 mil referente ao PORTUS em 2017 (R\$ 10.224 em 2016). A Companhia participa como patrocinadora do plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a seus funcionários, correspondendo ao Plano de Benefícios PORTUS - Instituto de Seguridade Social. A Companhia contratou em 2017 empresa terceirizada para realizar parecer atuarial, bem como a atualização monetária dos valores em aberto referente aos parcelamentos com aquela entidade. Contudo, até o encerramento de nossos trabalhos não havia sido concluído aqueles cálculos. Como consequência, o passivo está apresentado a menor e o resultado a maior em montante que não foi possível quantificar.

Conforme nota explicativa nº 8, a CODERN apresenta saldo de R\$ 7.457 mil (R\$ 6.574 mil em 2016) no Realizável a longo prazo, entre os quais constam valores de depósitos judiciais e contratuais e bloqueios judiciais no equivalente a R\$ 7.446 mil (R\$ 6.562 mil em 2016). Os valores são, na sua maioria, decorrentes de exercícios anteriores, onde a CODERN ainda não possui levantamento completo dos depósitos e bloqueios judiciais constituídos em exercícios anteriores, devidamente conciliados com a contabilidade. Como consequência não foi possível obter evidências apropriadas e suficientes sobre a recuperabilidade dos referidos saldos.

Em 31 de dezembro de 2017 a CODERN apresenta saldo de R\$ 3.229 mil (R\$ 3.046 em 2016) relativo a Impostos a Recuperar. Estes valores, na sua maioria, referem-se a IR, PIS e COFINS retido na fonte sobre seu faturamento, de exercícios anteriores a 2013. Contudo, a CODERN iniciou, os processos de compensação dos valores junto à Receita Federal, porém não fez as devidas baixas das PER/DCOMP - Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação, em sua contabilidade, o que torna frágil seus controles e consequentemente a confiabilidade e a recuperabilidade de tais impostos, uma vez que a legislação restringe este direito em até 5 anos. Adicionalmente, para os valores posteriores a 2013, a APMC realiza a compensação dos impostos, mas não realiza a baixa no ativo até que seja homologado o processo junto a Receita Federal indo de encontro a legislação vigente. Como consequência não foi possível obter evidências apropriadas e suficientes sobre a recuperabilidade dos referidos saldos, nem tampouco quantificar o ativo e resultado, para maior e menor, respectivamente.

De acordo com a nota explicativa nº 2 a empresa elabora as suas demonstrações financeiras considerando a premissa de continuidade operacional. Entretanto, a Companhia vem apresentando sucessivos prejuízos operacionais e passivo a descoberto. Entre os fatores citados na referida nota explicativa, para o quadro apresentado de descontinuidade, constam as despesas financeiras e o reconhecimento de *Impairment*. Entretanto, a empresa apresenta prejuízo acumulado de (R\$ 931.718 mil) em 2017 (R\$ 723.354 mil negativo em 2016), o que torna necessário divulgação sobre quais as ações da administração no sentido de reverter este quadro de prejuízo direto nas operações.

A CODERN não realizou a contabilização de multas, juros e encargos legais, no montante de R\$ 15.131 mil, de acordo com o levantamento realizado junto a Receita Federal do Brasil, Secretaria de Previdência Ministério da Fazenda e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o que denota fragilidade e não observância do que determina a legislação em vigor. Em 2017 a empresa aderiu ao PERT- Programa Especial de Regularização Tributária que teria a possibilidade de redução de multa e juros, no entanto a empresa não possuía condições para cumprir a regra do PERT, ou seja, pagar regularmente os débitos vencidos após 30 de abril de 2017, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, e a manter a regularidade das obrigações com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Em função disso, o passivo está a menor e o resultado a maior em R\$ 15.131 mil.

Conforme nota explicativa nº 14, a CODERN apresenta saldos de R\$ 63.122 mil decorrentes de créditos da união, que de acordo com a contabilidade são relativos aos convênios nº 009/2008, 001/2008 e 268/2006. Estes convênios foram firmados para a realização de investimentos em obras e ampliação. Entretanto, os contratos firmados não preveem o pagamento dos referidos investimentos e, atualmente, a CODERN não consegue estimar com confiabilidade a real exigibilidade da obrigação, bem como o seu prazo para realização. Em virtude disso não estamos em condição de opinar, bem como não opinamos sobre os efeitos no passivo e no resultado da Companhia.

Conforme nota explicativa nº 6, a CODERN apresenta um saldo de R\$ 2.234 mil (R\$ 7.849 mil em 2016) referente a conta de Devedores Diversos. Entre os valores apresentados a Companhia apresenta R\$ 2.434 mil (R\$ 2.198 em 2016) a receber de Portos Conveniados decorrentes de parcelamentos tributários originados em 2012, quando o Porto Recife ainda era integrado ao Porto de Natal. Os valores dos débitos de responsabilidade do Porto de Recife não demonstram expectativas de recuperabilidade, tendo em vista que os valores estão em aberto de vários exercícios anteriores. Também consta em aberto saldos de valores bloqueados no montante de R\$ 351 mil, dos quais não há respaldos da assessoria jurídica que os valores estão realmente em aberto para posterior recebimento. Em 2017, foi realizado provisão para perdas com crédito em virtude da incerteza de recuperabilidade de tais ativos, no valor de R\$ 968 mil. Como consequência o ativo está apresentado a maior e o resultado a menor em R\$ 1.817 mil.

Conforme nota explicativa nº 24, a CODERN apresenta um faturamento bruto de Receitas Patrimoniais de R\$ 14.083 mil (R\$ 15.238 mil em 2016). Desses valores, R\$ 13.271 mil (R\$ 14.428 em 2016) refere-se ao Porto de Maceió (APMC). Até o encerramento de nossos trabalhos, a Companhia não apresentou nenhum contrato, termos de acordo, controle de recebimento ou memória de cálculo que respalde estes saldos. Em virtude disso não estamos em condição de opinar, bem como não opinamos sobre os efeitos no ativo, passivo e resultado da Companhia.

Outros Assuntos

A demonstração individual e consolidada do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para cumprimento a exigências estatutárias, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião com ressalvas, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo “Base para opinião com ressalvas”, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reapresentação de informações nas demonstrações financeiras

Conforme Nota Explicativa nº 3.14, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 foram retificadas em relação aquelas publicadas anteriormente. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, examinamos também as retificações realizadas nas informações contábeis descritas na nota explicativa 3.14. Em nossa opinião, tais retificações nas informações contábeis das referidas demonstrações financeiras são apropriadas e foram corretamente efetuadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade, é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As

distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Parnamirim/RN, 23 de maio de 2018.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8


José Emerson Firmino
Contador
CRC/RN 6570/O-6


Jarlan Pereira da Silva
Contador
CRC/RN 11701/O-0

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Balanço patrimonial - Ativo
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	24.335	19.202	25.064	20.114
Contas a Receber	5	7.610	5.874	10.166	7.901
Outros Créditos		8.585	9.063	6.177	11.440
Adiantamentos		22	29	580	545
Impostos a Recuperar		1.363	1.338	3.229	3.046
Devedores Diversos	6	7.066	7.697	2.234	7.849
Outros valores a receber		134	0	134	-
Estoques	7	7.092	9.577	7.146	9.641
Despesas Antecipadas		38	11	44	14
Total do ativo circulante		47.660	43.728	48.596	49.110
Não Circulante					
Realizável a longo prazo	8	6.390	5.533	7.457	6.574
Depósitos judiciais e Contratuais		1.366	1.607	2.430	2.562
Bloqueios Judiciais		5.016	3.918	5.016	4.001
Outros Valores a Receber		8	8	11	11
Investimentos		2	2	22	22
Imobilizado Líquido	9	302.276	407.407	417.630	529.977
Intangível		9	9	9	9
Total do ativo não circulante		308.677	412.951	425.119	536.581
Total do Ativo		356.336	456.679	473.715	585.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Balanço patrimonial - Passivo e patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
Circulante					
Contas a Pagar	12	49	79	49	79
Fornecedores		4.213	2.658	6.336	4.234
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	22.444	15.118	44.659	38.682
Provisões	11	2.836	2.654	3.973	3.633
Outras Obrigações		1.679	1.549	2.835	2.254
Total do passivo circulante		31.220	22.058	57.853	48.881
Não Circulante					
Contas a Pagar	12	12.454	11.532	22.351	17.181
Provisão para contingências	13	36.564	36.283	40.068	38.474
Créditos para aumento de capital	16a	57.682	47.595	756.738	47.595
Outros Créditos da União	14	275	275	64.229	63.122
Total do passivo não circulante		106.974	95.685	883.386	166.371
Total do passivo		138.194	117.743	941.239	215.253
Passivo a descoberto					
Capital Social	15	432.843	432.843	432.843	432.843
Créditos para aumento de capital	16b	0	0	31.351	660.950
Prejuízos acumulados	17	(214.701)	(93.907)	(931.718)	(723.354)
Total do patrimônio líquido		218.142	338.936	(467.524)	370.439
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		356.336	456.679	473.715	585.692

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Demonstração do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita Líquida dos serviços	18	33.461	37.615	44.777	53.882
Custos operacionais	19	(49.627)	(44.896)	(68.151)	(63.524)
(Prejuízo) Bruto		(16.166)	(7.281)	(23.374)	(9.642)
(Despesas)/Receitas operacionais		(100.446)	(39.559)	(110.335)	(41.580)
Despesas gerais e administrativas	20	(18.345)	(20.528)	(33.892)	(34.727)
Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	9	(83.557)	(19.563)	(83.557)	(19.563)
Despesas tributárias		(51)	(55)	(51)	(62)
Provisões diversas	21	(1.521)	(1.040)	(2.114)	(1.250)
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	22	(809)	(483)	(2.123)	(1.149)
Receitas patrimoniais	23	221	574	12.662	13.630
Outras (despesas)/receitas operacionais	24	3.616	1.537	(1.260)	1.541
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(116.612)	(46.840)	(133.709)	(51.221)
Receitas financeiras	25	2.252	3.006	2.378	3.408
Despesas financeiras	25	(6.279)	(7.818)	(77.020)	(84.854)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(120.638)	(51.652)	(208.351)	(132.667)
IRPJ e CSLL		-	-	-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(120.638)	(51.652)	(208.351)	(132.667)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		(0,0007)	(0,0003)	(0,0011)	(0,0007)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Demonstração do resultado abrangente
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Resultado Líquido do Exercício	(120.638)	(51.652)	(208.351)	(132.667)
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(120.638)	(51.652)	(208.351)	(132.667)

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Descrição	Capital social (Nota 14)	Créditos para aumento de Capital (Nota 15)	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2015	432.843	623.482	(588.519)	467.807
Prejuízo líquido do período			(132.667)	(132.667)
Ajustes de Exercícios Anteriores			(2.168)	(2.168)
Atualização dos créditos para aumento de capital		37.468		37.468
Em 31 de dezembro de 2016	432.843	660.950	(723.354)	370.439
Mutações do período	-	37.468	(134.835)	(97.367)
Em 31 de dezembro de 2016	432.843	660.950	(723.354)	370.439
Prejuízo líquido do período			(208.351)	(208.351)
Ajustes de Exercícios Anteriores			(13)	(13)
Realocação dos créditos para aumento de capital - Transferido para o Passivo Não Circulante		(629.599)		(629.599)
Em 31 de dezembro de 2017	432.843	31.351	(931.718)	(467.524)
Mutações do período	-	(629.599)	(208.364)	(837.963)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(120.638)	(51.695)	(208.351)	(132.667)
Ajustes do Lucro Líquido				
Depreciação e amortização	23.231	22.363	25.601	25.234
Perdas pela não Recuperabilidade de Ativos	83.557	19.563	83.557	19.563
Ajustes	(156)	(1.460)	1.162	(847)
Provisões	280	43	786	13
Despesas de atualização monetária	4.778	3.528	74.234	81.996
Redução (Aumento) de Ativos				
Clientes e contas a receber	(1.736)	(53)	(2.265)	(614)
Outros créditos	478	(535)	(678)	(740)
Estoques	2.486	(43)	2.495	(38)
Despesas antecipadas	(27)	11	(30)	25
Outros ativos não circulantes	(857)	817	(957)	242
Aumento (Redução) de Passivos				
Contas a Pagar	(30)	(9)	(30)	146
Fornecedores	1.555	183	2.102	57
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	7.326	1.051	2.126	6.278
Provisões de Férias e 13º Salário	181	949	340	914
Outras Obrigações	130	150	5.960	365
Outros passivos não circulantes	921	(60)	5.022	(1.107)
Provisão para contingências	-	-	1.644	553
Caixa gerado pelas operações	1.478	(5.196)	(7.279)	(628)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.478	(5.196)	(7.279)	(628)
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
(Aquisições)/Baixas de imobilizado	(1.656)	5.231	3.188	(1.429)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(1.656)	5.231	3.188	(1.429)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Parcelamentos tributários e outros parcelamentos			3.730	2.924
Créditos para aumento de capital	5.311	-	5.311	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	5.311	-	9.041	2.924
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.133	35	4.950	866
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	19.202	19.168	20.114	19.248
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	24.335	19.202	25.064	20.114
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	5.133	35	4.950	866

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Demonstração do Valor Adicionado
 Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
1	Receitas	39.450	44.549	66.761	77.963
1.1	Vendas de mercadoria, produtos e serviços	39.383	44.506	66.314	77.920
1.2	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67	43	447	43
2	Insumos adquiridos de terceiros	(97.131)	(32.969)	(112.856)	(44.064)
2.1	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(13.378)	(12.950)	(24.163)	(23.972)
2.2	Perda / Recuperação de valores ativos	(83.557)	(19.638)	(88.433)	(19.638)
2.3	Outras	(196)	(382)	(260)	(455)
3	Valor adicionado bruto	(57.681)	11.580	(46.096)	33.899
4	Retenções	(32.375)	(30.907)	(107.618)	(109.965)
4.1	Depreciação e amortização	(22.726)	(21.155)	(25.096)	(23.458)
4.2	Provisões	(9.649)	(9.752)	(82.522)	(86.506)
5	Valor adicionado líquido	(90.056)	(19.327)	(153.714)	(76.066)
6	Valor adicionado recebido em transferência	5.869	4.617	5.994	5.023
6.1	Receitas financeiras	2.252	3.006	2.378	3.408
6.2	Outras	3.617	1.612	3.617	1.616
7	Valor adicionado a distribuir	(84.187)	(14.710)	(147.719)	(71.042)
8	Valor adicionado distribuído	(84.187)	(14.710)	(147.719)	(71.042)
8.1	Pessoal	29.154	28.290	50.006	47.717
8.1.1	Remuneração Direta e encargos sociais	23.900	21.943	41.262	38.252
8.1.2	Benefícios	5.254	6.347	8.744	9.465
8.2	Impostos, taxas e contribuições	5.751	6.372	8.925	10.471
8.2.1	Impostos, taxas e contribuições	5.751	6.372	8.925	10.471
8.3	Remuneração de capitais de terceiros	1.546	2.280	1.701	3.438
8.3.1	Juros	1.472	2.280	1.627	3.438
8.3.2	Aluguéis	74	0	74	0
8.4	Remuneração de capitais próprios	(120.638)	(51.652)	(208.351)	(132.667)
8.4.1	Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(120.638)	(51.652)	(208.351)	(132.667)

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa de economia mista subordinada à Secretaria de Portos da Presidência da República e tem como objetivo a administração e exploração do Terminal Salineiro de Areia Branca, Porto de Natal e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Rio Grande do Norte.

Por força do Decreto nº 99.475, de 24.08.90, o Porto de Maceió permanece sob a administração da CODERN, conforme Convênio de Descentralização nº. SEP/001/2007-DC, celebrado entre a Secretaria de Portos - SEP e a CODERN, em 31.12.2007, tendo sido celebrado o 8º Termo Aditivo a partir de 01.01.2017, com vigência até 31.12.2017.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na lei 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos contábeis, interpretações, e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o exercício em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta prejuízos acumulados em montante de R\$ 208.351 mil. Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, no montante de R\$ 75.341 mil e despesas de impairment, no valor de R\$ 83.557 mil. No tocante ao Prejuízo acumulado de exercícios anteriores registra um total de R\$ 931.718 mil.

A administração da Companhia buscando a adequação de sua estrutura de capital, para que possa dar continuidade as suas atividades operacionais, irá expandir e aperfeiçoar suas operações e cumprir sua missão de ser autoridade portuária.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulantes e não circulantes

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como “empréstimos” no Balanço Patrimonial.

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

O valor registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa compõe-se de créditos não liquidados e registrados a débito de despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada e perdas com ajuste ao valor recuperável - *Impairment*. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação fiscal e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em “outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

	% depreciação
Imóveis	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Instalações	10%
Veículos	20%

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Os valores de contas a pagar registrados no passivo não circulante também compreende a valores parcelados junto ao PORTUS e outras contas a pagar.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia participa de um plano de pensão para os empregados, administrado por uma empresa privada denominada PORTUS, que prevê benefícios pós-emprego, classificado como contribuição definitiva. Neste plano a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais, nem contratuais, de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço no período corrente e anterior. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Consolidação das Demonstrações Contábeis

Conforme recomenda o CPC 36, foi realizado o encontro de contas quando da apuração dos Demonstrativos Consolidado da Companhia, referente aos Ativos e Passivos da Controladora (Sede/Atesab) e Controlada (Porto de Maceió), respectivamente. Desta forma, foi realizado um encontro de contas de forma que os Ativos e Passivos foram ajustados para menor, conforme Nota 6.

3.11 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre o saldo dos recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998, alterado pelo art. 74, § único do Decreto 8.945/16.

3.12 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

3.13 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 que trata sobre ativos e passivos contingentes.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

3.14 Reapresentação espontânea das demonstrações financeiras

O Conselho de Administração - CONSAD da CODERN concordou (conforme Ata da 634ª Reunião, em 19/04/2018) na reabertura das demonstrações contábeis findas em 2017, motivadas pela solicitação da Diretoria Executiva - DIREXE, através da Carta DP nº 128/2018 (direcionadas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN em 11/04/2018) e da Carta DP nº 140/2018 (direcionadas ao CONSAD, em 18/04/2018), para que pudessem ser acrescidas o teste de recuperabilidade (*impairment*) e as provisões para contingências nos lançamentos contábeis da empresa controlada (APMC), uma vez que não havia sido reconhecido nas Demonstrações Financeiras anteriormente publicadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Recursos em bancos	195	354	616	1.190
Recursos do Tesouro - SIAFI	8.235	2.924	8.235	2.924
Aplicações financeiras	15.905	15.924	16.213	16.000
Total de caixa e equivalentes de caixa	24.335	19.202	25.064	20.114

As aplicações financeiras compreendem a aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 3% durante o quarto trimestre de 2017 e está detalhado da seguinte forma:

Aplicações financeiras	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações financeiras	15.906	15.924	16.213	16.000
Total de aplicações financeiras	15.906	15.924	15.913	16.000

Os rendimentos provenientes da aplicação são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado e são utilizados para pagamentos de fornecedores e impostos.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de dezembro, assim especificado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Clientes e contas a receber				
Contas a receber de clientes	10.760	8.457	14.961	11.540
Menos: provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	-3.150	-2.583	-4.795	-3.639
Contas a receber de clientes líquidos	7.610	5.874	10.166	7.901
Total Contas a Receber	7.610	5.874	10.166	7.901

6. Devedores diversos - outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. Em destacando-se valor a receber do Porto de Maceió relativo ao rateio das despesas com folha de pagamento do COFIS (Conselho Fiscal), CONSAD (Conselho de Administração) e gerencias. A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife relativo ao parcelamento de INSS.

Os saldos em 31 de dezembro de 2017 estão apresentados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Portos Conveniados	3.195	2.198	2.434	2.198
Parcelamentos a receber COFINS, PASEP e IRRF	-	1.322	-	1.322
Valores a Receber de Rateio CONFIS/CONSAD e Gerenciais	4.412	3.743	0	3.743
Valores a receber de bloqueios judiciais	351	368	351	367
Outros devedores diversos	76	66	417	219
(-) Prov. Devedores - Porto de Recife	-968	-	-968	-
Total Devedores Diversos	7.006	7.697	2.234	7.849

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Material de consumo permanente Sede	240	1.619
Material Terminal Salineiro Areia Branca	6.852	7.958
Material de consumo permanente Maceió	54	64
Total	7.146	9.641

8. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compõe-se de valores referentes a Depósitos judiciais e contratuais, Bloqueios judiciais e Cauções, assim especificados:

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos Judiciais e Contratuais	1.366	1.607	2.430	2.562
Bloqueios Judiciais	5.016	3.918	5.016	4001
Cauções	8	8	11	11
Total	6.390	5.533	7.457	6.574

9. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 30 de setembro de 2017 estão apresentados conforme quadro a seguir:

Discriminação	Custo	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	Consolidado Saldo líquido em	
				31/12/2017	31/12/2016
Bens Móveis	116.189	(66.087)	-	50.103	54.089
Equipamentos Industriais	100.903	(55.022)		45.882	49.110
Embarcações	3.919	(3.123)		796	886
Veículos	585	(583)		3	40
Móveis e Utensílios	2.492	(1.094)		1.397	1.491
Informática	1.131	(772)		359	539
Máquinas	1.553	(767)		786	917
Motores	19	(12)		7	8
Aparelhos	3.852	(3.388)		463	551
Sistema de Segurança	1.008	(777)		231	281
Galpão	334	(274)		60	127
Outros bens	392	(275)		118	139
Bens Imóveis	610.321	(153.014)	(101.553)	355.754	428.642
Imóveis de natureza industrial	458.197	(113.847)	(8.499)	335.851	328.198
Instalações	78.090	(27.492)	(44.132)	6.466	36.776
Obras de acesso	5.178	(1.733)	(1.766)	1.680	1.787
Prédios	63.481	(9.284)	(47.157)	7.041	56.638
Terrenos	102	0		102	102
Molhe	5.272	(659)		4.613	5.140
Imobilização em Curso	13.341	-	(1.568)	11.773	47.246
Total	739.852	(219.101)	(103.121)	417.630	529.997



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Controladora
 Saldo líquido em

Discriminação	Custo	(-) Depreciação acumulada	(-) Ajuste ao valor recuperável	31/12/2017	31/12/2016
Bens Móveis	114.186	(64.216)	-	49.969	53.948
Equipamentos Industriais	100.248	(54.428)		45.820	49.053
Embarcações	3.919	(3.123)		796	886
Veículos	251	(248)		3	29
Móveis e Utensílios	2.257	(873)		1.384	1.475
Informática	1.131	(772)		359	538
Máquinas	1.514	(728)		786	916
Motores	19	(12)		7	8
Aparelhos	3.166	(2.757)		409	502
Sistema de Segurança	1.008	(777)		231	281
Galpão	334	(274)		60	127
Outros bens	337	(223)		114	133
Bens Imóveis	489.594	(147.508)	(101.553)	240.533	341.209
Imóveis de natureza industrial	343.873	(109.957)	(8.499)	225.417	246.098
Instalações	78.088	(27.490)	(44.132)	6.466	36.776
Obras de acesso	4.535	(1.090)	(1.766)	1.680	1.785
Prédios	62.995	(8.971)	(47.157)	6.867	56.447
Terrenos	102	0		102	102
Molhe	0	0		0	0
Imobilização em Curso	13.341	-	(1.568)	11.773	12.251
Total	617.121	(211.724)	(103.121)	302.276	407.407

9.1 Teste de Recuperabilidade e alterações no Imobilizado

A companhia realizou o teste de Impairment para os ativos imobilizados dos portos de Natal, Areia Branca e Maceió, que resultou no reconhecimento, para o porto de Natal, de redução ao valor recuperável de ativos no montante de R\$ 85.557 mil, quanto aos portos de Areia Branca e Maceió, o teste apontou a recuperabilidade dos ativos testados.

Registra-se ainda, no ativo imobilizado do Porto de Maceió, a baixa por obsolescência de bens de Imobilização em Curso, no valor de R\$ 4.876, bem como alterações na vida útil, taxa de depreciação e valor residual do ativo imobilizado, que resultaram num estorno da despesa com depreciação em R\$ 6.315 mil, conforme recomendação de laudo técnico especializado.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

10. Obrigações fiscais e trabalhistas

Estão compostas de impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Imp. Encargos a Recolher	17.949	10.608	35.582	29.943
Salário a Pagar	819	885	819	886
Autônomos - INSS	161	106	161	106
Parcelamento PORTUS RTSA	2.982	2.982	7.565	6.965
Parcelamento ISS	450	536	450	782
Outras obrigações	83	0	83	0
Total obrigações fiscais e trabalhistas	22.444	15.118	44.659	38.682

11. Férias a pagar

Provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais em 31/12/2017, correspondentes ao valor de R\$ 3.973 mil (R\$ 3.633 mil em dezembro de 2016), tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96, a seguir discriminadas:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Prov. Férias	2.836	2.654	3.973	3.633
Prov. 13º Salário	0	0	0	0
Total Férias a Pagar	2.836	2.654	3.973	3.633

12. Contas a pagar

Os valores de contas a pagar reconhecidos no passivo circulante compreendem a valores a pagar a funcionários da Companhia e junto a terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Empregados	16	18	16	18
Terceiros	33	61	33	61
Contas a pagar passivo circulante	49	79	49	79

Os valores de contas a pagar reconhecidos no passivo não circulante compreendem principalmente valores de parcelamentos tributários e parcelamentos junto ao PORTUS, conforme apresentado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Portus - Instituto de Seguridade Social	10.401	9.125	10.901	10.224
Parcelamento INSS	0	15	70	267
Parcelamento ISS	1.620	1.980	2.090	2.163
Parcelamento IRPJ	259	413	259	413
Parcelamento PIS/COFINS	174	0	414	443
Rateio - Maceió	0	0	0	3.669
Parcelamento PERT - Maceió	0	0	8.617	0
Contas a pagar passivo não circulante	12.454	11.532	22.351	17.181

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma das patrocinadoras do PORTUS Instituto de Seguridade Social, tendo sido apropriado no 4º trimestre de 2017, o montante de R\$ 3.702 mil referente às contribuições Participante/Patronal, sendo repassado ao PORTUS o total de R\$ 1.607 mil.

No tocante à dívida da CODERN, permanece registrado no Balanço, em 31/12/17, o saldo remanescente de R\$ 2.453 mil não atualizados monetariamente, tendo em vista a não existência de Parecer Atuarial ainda em fase de obtenção por parte da CODERN.

13. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

				Consolidado
	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	24.461	703	13.310	38.474
Provisões constituídas no período	96	2.115	1.504	3.715
Baixas de provisões	-	(529)	-	(529)
Reversões	-	(447)	(1.145)	(1.592)
Reclassificações ¹	-	666	(666)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.557	2.508	13.002	40.068

Observação 1: Refere-se a realocação de R\$ 666.298,10 para contingências trabalhistas, uma vez que estava alocado erroneamente, na consolidação, como contingências tributárias.

				Controladora
	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	24.461	323	11.499	36.283
Provisões constituídas no período	-	455	-	455
(-) Baixas de provisões	-	(107)	-	(107)
(-) Reversões	-	(67)	-	(67)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	24.461	604	11.499	36.564

13.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, devidamente atualizados e registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.17, totalizou R\$ 2.508 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

13.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2017, totalizou R\$ 24.557 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

13.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2017 o montante de R\$ 13.002 mil, em obediência a NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

13.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal, cível e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Justiça Federal e Estadual, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível, cujo montante em 31.12.2017 somou R\$ 223.126 mil, assim especificadas:

Discriminação	Controladora	Controlada	Consolidado
Causas Trabalhistas	5.063	1.459	6.522
Causas Fiscais	14.347	0	14.347
Causas Cíveis	202.146	111	202.257
Total	221.556	1.570	223.126

Destaca-se no total das Causas Cíveis o valor de R\$ 167.000 mil, referente ao Processo judicial do Portus ajuizado contra todas as Companhias Docas, uma vez que respondem solidariamente pelos débitos cobrados.

14. Outros créditos da União

Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT, Convênio 01/2008 e Convênio 009/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Caís para contêineres do Porto de Maceió e Dragagem do Porto de Natal, cujo saldo em 31.12.2017, totalizou R\$ 64.229 mil.

15. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2017 soma R\$ 432.843 mil.

	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	432.843	432.843
Aumento de capital com reservas	-	-
Compensação de prejuízos com redução de capital	-	-
Saldo Final	432.843	432.843

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

	Ações (Quantidade)	
	31/12/2017	31/12/2016
Ordinárias nominativas	98.365.624.890	98.365.624.890
Preferenciais nominativas	82.832.561.687	82.832.561.687
Total de ações	181.198.186.577	181.198.186.577

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

16. Créditos para aumento de capital

a. Valores registrados no Passivo Não Circulante

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998, cujos valores do Porto de Maceió (R\$ 756.738) registrados no Passivo não Circulante ocasionou um Passivo a Descoberto no Exercício, assim como contribuiu para o acréscimo do Prejuízo Acumulado da Companhia, abaixo demonstrado:

	Saldo em R\$ mil	
	Consolidado	
Créditos para aumento de capital	31/12/2017	31/12/2016
Porto de Natal e Areia Branca	57.682	47.594
Porto de Maceió	699.056	-
Total	756.738	47.594

Vale ressaltar que a partir de 01 de janeiro de 2017, a citada correção dos repasses foi extinta, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo 74, do Decreto 9.845 de 27/12/2016, devendo ser corrigido apenas o saldo da referida conta.

b. Valores registrados no Passivo a descoberto

Permanece registrado no Passivo a descoberto valores de Créditos para Aumento de Capital do Porto de Maceió, no total de R\$ 31.351 mil, oriundos da União e repassados ao Porto de Maceió antes da celebração do Convênio de Descentralização, citado na Nota 1.

17. Prejuízo líquido

A Companhia apresentou Prejuízo Líquido, no exercício de 2017, de 120.638 mil na Controladora. Já para a Controlada, o prejuízo do período é de 87.713 mil, totalizando um Prejuízo Acumulado Consolidado no Exercício de R\$ 208.351 mil.

No entanto, ao ajustar o Resultado pelas principais despesas não desembolsáveis, tais como, depreciação, *impairment* e variação monetária passiva, há uma redução significativa do total do prejuízo do exercício, alcançando, dessa forma, um resultado ajustado em 2017 de R\$ 9.072 mil para Codern-Sede e R\$ 14.778 para APMC. Conforme o quadro a seguir:

	Saldos em R\$ mil					
	CONTROLADORA		CONTROLADA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Resultado líquido	(120.638)	(51.695)	(87.713)	(80.972)	(208.351)	(132.667)
Ajustes ao resultado líquido	111.595	45.454	72.956	81.340	184.551	126.794
Depreciação	23.231	22.363	2.370	2.872	25.601	25.235
Impairment	83.557	19.563	-	-	83.557	19.563
Variação monetária passiva	4.807	3.528	70.586	78.468	75.393	81.996
Resultado líquido ajustado	(9.043)	(6.241)	(14.757)	368	(23.800)	(5.873)

18. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita Bruta de serviços prestados				
Total Receita Bruta	39.020	43.696	52.231	62.683
(-) Impostos sobre serviços prestados	(5.559)	(6.081)	(7.454)	(8.801)
Receita líquida dos serviços prestados	33.461	37.615	44.777	53.882

19. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Pessoal e Encargos	16.477	14.232	26.765	23.957
Material de Operação	4.071	4.493	4.376	4.780
Material de Manutenção	17	6	36	35
Capatazias (pessoal supletivo)	-	0	-	-
Serviços de Manutenção e Reparos	204	216	676	769
Serviços Prestados por Terceiros	6.218	4.894	11.304	10.646
Encargos Operacionais Diversos	33	23	33	23
Depreciação Direta	22.607	21.032	24.959	23.314
Outros custos operacionais	0	0	-	-
Total	49.627	44.896	68.151	63.524

20. Despesas gerais e administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Pessoal e Encargos	15.009	16.447	23.356	24.241
Material	287	252	537	507
Serviços de Terceiros	2.734	3.325	9.602	9.408
Outros Encargos	32	71	58	115
Depreciação	119	122	137	144
Outras despesas administrativas	163	311	202	311
Total	18.345	20.528	33.892	34.727

21. Provisões Diversas

Refere-se às Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa - PCLD de valores a receber de clientes.

22. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Refere-se à processos trabalhistas de provável perda, registrados na contabilidade, bem assim de Reversão de Provisões relativas a processos trabalhistas com êxito para a Companhia.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (em milhares de reais)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisão para contingências	877	526	4.355	1.192
Reversão de provisões	-67	-43	(2.231)	-43
Saldo líquido de provisões constituídas	809	483	2.123	1.149

23. Receitas patrimoniais

As receitas patrimoniais são decorrentes de contratos de arrendamentos das áreas dos Portos de Natal/RN e Maceió/AL.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Aluguéis Porto de Natal	363	810	362	810
Aluguéis Porto de Maceió	0	0	13.721	14.428
Total receitas patrimoniais	363	810	14.083	15.238
(-) Deduções da receita	-141	-236	-1.423	-1.608
Total receitas patrimoniais líquidas	221	574	12.660	13.630

24. Outras (despesas)/receitas operacionais

Outras receitas Operacionais referem-se aos valores recebidos de clientes pelo reembolso de Despesas com uso de Energia Elétrica e Água, quando da utilização para na Operação Portuária de movimentação de Containers e Embarcações.

25. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. Já as despesas financeiras são, em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 375, parágrafo único, do Decreto 3.000/99 - RIR.

26. Remuneração de administradores e funcionários

Na forma do art. 6º do inciso IV, do anexo I, do Decreto nº 3.224, de 28 de outubro de 1999, os valores da maior e menor remuneração pagas aos administradores e empregados no exercício de 2017, foram os seguintes:

	31/12/2017	31/12/2016
Administradores		
Menor	17.844	17.884
Maior	18.959	26.741
Empregados		
Menor	946	880
Maior	28.556	28.283
Salário Médio	4.836	4.616